

práticas) e dos fenómenos comunitário e cooperativistas e que o impõem como a maior autoridade nestas áreas da sociologia.

Ao privilegiarmos esta obra apenas pretendemos, através de uma obra síntese, chamar a atenção para uma área das ciências sociais que não pode esquivar-se à nossa interrogação sem que o todo social se nos escape pela falta de uma leitura rigorosa de uma das suas componentes mais complexas. Animus não se reconhecerá sem que olhe para Anima.

JOSÉ VEIGA TORRES

YVES LACOSTE — *A Geografia serve antes de mais para fazer a Guerra* — Iniciativas Editoriais, Lisboa 1977 — Trad. de: *La Géographie, ça sert d'abord à faire la guerre* — Maspéro, Paris 1976.

São pouco frequentes as obras críticas sobre a geografia, e ainda menos as acessíveis ao grande público. Disciplina aparentemente fácil de definir que, por tradição e inércia, o sistema escolar se encarregou de desenhar os contornos. A propósito Yves Lacoste publicou em França em 1976, uma obra de carácter crítico, publicada um ano depois em Portugal em que analisa alguns importantes problemas da geografia.

Começa por rever o que é o que se entende por geografia. «Toda a gente julga que a geografia mais não é do que uma disciplina escolar e universitária cuja função seria de fornecer elementos de uma descrição do mundo dentro de uma certa concepção «desinteressada» de cultura dita geral... Pois qual poderia ser a utilidade daquelas estranhas frases soltas das lições que era necessário aprender no liceu?» (p. 7).

Esta (concepção de) geografia, cujas lições «enumeram para cada país ou região: relevo — clima — rios — vegetação — população — agricultura — cidades — indústrias» (p. 11), a que se junta uma impressão «estupidificante, mas apesar de tudo simples, pois como toda a gente sabe *em geografia não há nada que perceber, é preciso é ter memória*» (p. 22), já está ultrapassada. «Antigamente talvez tenha servido para alguma coisa mas hoje, a televisão, as revistas, os jornais, não mostram melhor todos os países através de notícias e o cinema não mostra melhor as paisagens?» (p. 22).

Se esta é a imagem exterior de uma ciência, dentro da geografia, no seio dos geógrafos já não se constata somente o mal-estar, vai-se mesmo até ao ponto de questionar a própria geografia. Reflexão oportuna que se generaliza entre geógrafos de várias correntes de pensamento, na continuidade dos trabalhos de H. Baulig, R. Hartshorne, F. Schaefer e D. Harvey. «Quanto aos jovens mandarins que se lançam na epistemologia, chegam ao ponto de se interrogarem se a geografia será uma ciência, se esta acumulação de elementos de conhecimentos «emprestados» da geologia como da sociologia, da história como da demografia, da meteorologia como

da economia política ou da pedologia, se tudo isto pode pretender constituir uma verdadeira ciência, autónoma, de pleno direito...» (p. 11). O autor no entanto questiona-se «não há problemas mais importantes a discutir do que as dificuldades da geografia?... pois que ela não serve para nada» (p. 44).

«A despeito das aparências habilmente montadas, os problemas da geografia não respeitam apenas os geógrafos mas, longe disso e, em última análise, a todos os cidadãos. Porque o palavreado pedagógico que é a geografia dos professores que parece tanto mais fastidioso quanto os *mass media* exibem o seu espectáculo do mundo, dissimula, aos olhos de todos, o temível instrumento de força que é a geografia para aqueles que detêm o poder. Porque a geografia serve, antes de mais, para fazer a guerra» (p. 55).

Este livro, acessível ao grande público, assume mais a feição de um manifesto, com um tratamento de assuntos nem sempre de igual nível, muitas vezes polémico (o que é bom), por vezes repetitivo, do que a de uma análise de grande elaboração e fundamentação. Com ela continua o autor uma reflexão sobre a geografia de que são testemunho o capítulo *Geografia*, da obra colectiva *Filosofia das Ciências Sociais*, sétimo volume da *História da Filosofia* dirigida pelo filósofo François Chatelet, já publicada em português, e a sua intervenção na revista *Hérodote* de que é director e que começou a ser publicada no início do mesmo ano.

Testemunho de uma crise da geografia francesa (e mais geral até), sobretudo de entre aqueles geógrafos que, constatando o conteúdo de uma ciência aparentemente neutra e não ideológica, sendo reticentes aos novos ventos da *New Geography* (como se sente da parte do autor na obra), procuravam e procuram questionar e renovar a geografia confrontando-a com os instrumentos teóricos do marxismo e a *praxis* social, mas tendo presente que ela tem como objecto o espaço (o espaço geográfico). Este facto em si já é um ponto importante, pois a geografia francesa «desfocou» o objecto último da geografia.

«A toda a ciência ou saber deve ser posta a questão das premissas epistemológicas; o *processus* científico está ligado a uma história e deve ser perspectivado, por um lado na sua relação com as ideologias, por outro como prática ou como poder» (p. 22).

Não se interessando em primeiro plano pela questão do objecto da geografia, refere-se-lhe explicitamente em alguns capítulos (4, 6 e 7): «um saber pensar o espaço», o estudo da «especialidade diferencial» ou outros modos de a entender: «ciência das paisagens», «ciência das formas da diferenciação espacial», «ciência do espaço», ou «geo-análise».

No plano epistemológico discute o lugar da geografia no conjunto das ciências («a geografia, mesmo sob a forma modesta e criticável... põe em causa este corte fundamental entre natureza e cultura, corte que determina à partida a organização do sistema das ciências» (p. 65, cap. 7), faz a distinção do *espaço* enquanto *objecto real* e enquanto *objecto de conhecimento* (p. 57) e aponta algumas das dificuldades teóricas e práticas do processo científico em geografia: a espacialidade diferencial (cap. 3), o conceito-obstáculo «região» (cap. 5), o problema das escalas (cap. 6) e a falta de crítica científica e as carências epistemológicas (caps. 7 e 8). Dá no entanto maior relevo, ao longo da obra, ao tema: «para que serve a geografia?»

A resposta está na história da geografia enquanto «relação com as ideologias por um lado, como prática ou como poder». Mas dizer antecipadamente que a geografia serve, antes de mais, para fazer a guerra, não implica que sirva apenas para executar operações militares; serve também para organizar os territórios, não só como previsão de batalhas que se deverão travar contra tal ou tal inimigo, mas também para melhor controlar os homens sobre os quais o aparelho de Estado exerce a sua autoridade. A geografia é, antes de mais, um saber estratégico intimamente ligado a um conjunto de práticas políticas e militares e são essas práticas que exigem a acumulação articulada de informações extremamente variadas, à primeira vista desconexas, de que não é possível compreender a razão de ser e a importância, se nos mantivermos dentro dos limites do saber pelo saber».

Não dizia Clausewitz, cujos escritos militares o tornaram um clássico, como refere Lacoste (p. 15), que «o território com o seu espaço e a sua população é não apenas a fonte de toda a força militar, mas também parte integrante dos factores que actuam sobre a guerra...»? Que dizer da guerra da Indochina e do plano de bombardeamento do delta do rio Vermelho (p. 14)? E que dizer do exemplo da região lionesa e da repartição espacial da indústria da seda (p. 25), das políticas de descentralização industrial e de ordenamento do território (p. 26)?

Porque, como diz ainda o autor: «A geografia enquanto descrição metódica dos espaços, tanto sob os aspectos a que se usa chamar «físicos», como nas suas características económicas, sociais, demográficas e políticas (para se reduzir a um certo limite do saber), tem necessidade de ser reintegrada, enquanto prática e poder, no quadro das funções exercidas pelo aparelho de Estado, para o controle e organização dos homens que povoam o seu território e para a guerra».

Mas, ainda no domínio das finalidades, Y. Lacoste acrescenta: «Se é verdade que a geografia serve... para fazer a guerra e para exercer o poder, ela não serve apenas para isso: as suas funções ideológicas e políticas, embora não pareça, são consideráveis». Estes aspectos são ilustrados nos capítulos 4, 5, 6 e 8 que tratam da crítica às concepções clássicas da geografia e suas funções evidentes ou suspeitadas: a geografia e o inculcar da ideia nacional, a região — «um determinado espaço *dado* uma vez por todas» — e as dificuldades da análise regional, os níveis de análise e a problemática das *escalas* de referência espacial, a ausência do tema *Estado* na geografia vidaliana em favor do tema região, a geografia dos professores e o ensino da geografia. É que para o autor as relações entre as estruturas do poder e as formas de organização do espaço permaneceram dissimuladas para os que não se encontram no poder (p. 33).

Um aspecto muito importante da obra é o tratamento do tema espaço tornado como objecto da geografia (cap. 2). Para além de focar a interpenetração espacial, de correlacionar o conceito de espacialidade diferencial com o problema das escalas, para que utiliza referências à obra de L. Althusser (p. 69). A espacialidade diferencial atribuída a A. Reynaud «feita de uma multiplicidade de representações espaciais em escalas extremamente diversas que correspondem a toda uma série de práticas e de ideias mais ou menos dissociadas» (p. 32) poderia quanto a nós ser associada com uma visão integrada, interdependente e hierarquizada do espaço segundo vários níveis de escala. Esta perspectiva enquadra-se com uma visão do

espaço onde as práticas sociais, o desenvolvimento das terras, da divisão do trabalho, o crescimento das cidades, são acompanhadas por novas práticas espaciais estruturadas e hierarquizadas em correlação com aquelas, e permitiria dar maior coerência às diversas representações e articular melhor a relação entre o poder ou poderes e o espaço, ou entre a sociedade e o espaço.

Um outro assunto que merece relevo é a abordagem feita ao tema marxismo e geografia (cap.s 9 e 10). O autor refere-se à inexistência de uma geografia marxista, embora reconheça poder ser polémico, — analisa alguns contributos de geógrafos marxistas para o tema. Para além de apontar a ausência de interesse pelos problemas geográficos em Marx (somente referidos textos político-militares), passa em revista alguns marxistas, Plekhanov (que abusa do argumento geográfico), Lenine, Trotski, Mao-Tséung (confrontados com os problemas da guerra revolucionária) por um lado e Rosa Luxemburg e Gramsci, cujo conjunto de textos, não somente político-estratégicos fazem referência a uma problemática espacial. Neste capítulo, *Marx e o espaço negligenciado*, Y. Lacoste refere-se à necessidade de pensar as práticas sociais em relação ao espaço e aponta as dificuldades da análise marxista em geografia.

No capítulo seguinte, perante a dificuldade de formação de uma geografia marxista o autor, que considera que as análises com referência ao marxismo se afastam da geografia e são absorvidas pelas ciências sociais (não se referem elas a uma espacialidade?), põe a questão: «nascimento de uma geografia marxista ou fim da geografia»? É levado a fazê-lo, porque considera que «não é fazendo investigações que de facto se inerem noutras disciplinas, cujo estatuto epistemológico de resto se encontra muito mais avançado que o da geografia, que se resolvem os problemas dos geógrafos». Posição discutível certamente, porque as fronteiras entre as ciências são uma operação «artificial» e porque fazer análise espacial como objecto último, seja do ponto de vista económico, social, etc., é fazer geografia e isto para estarmos de acordo com o autor quando se refere ao objecto da geografia. Outros contributos que não só os dos franceses foram já dados a este tema (D. Harvey, por exemplo).

O autor mostra-se reticente em relação à Nova Geografia. «Esta geografia «moderna», vinda do outro lado do Atlântico, orgulhosa das suas formulações matemáticas e do recurso sistemático aos computadores tem muito prestígio... A geografia «aplicada», a geografia «quantitativa», a New Geography, à medida que se forem difundindo, ... resolverão, por si sós, os problemas da geografia?» (p. 11). No entanto, «não é essencialmente a geografia «aplicada» ou a geografia «quantitativa» que devem ser postas em causa; a orientação de uma e os métodos da outra são indiscutivelmente positivos e não é, aliás, possível travar o seu desenvolvimento». Mas são as suas inelutáveis consequências políticas que devem ser denunciadas pelo facto de serem orientadas unicamente em função das preocupações do poder» (p. 101), segundo o autor. No entanto, acaba por considerar que «é inevitável que os geógrafos se relacionem com o poder, e essas relações são necessárias para que a geografia não seja apenas um discurso ideológico e surja enquanto saber estratégico. Mas essas relações podem não ser necessariamente servis; podem ser contraditórias e, para alguns, antagónicas» (p. 102). Assunto polémico que requeria maior e melhor abordagem.

Por fim, um outro tema: o das relações entre o investigador e o objecto de estudo («os homens e as mulheres são «objecto» de estudo»). Neste tema Lacoste trata da relação entre o saber e o poder (o poder do saber e o saber do poder) e também entre o investigador e o poder, e sobretudo «entre o investigador, o poder e todos os homens que vivem no espaço sujeito à sua investigação, isto é, homens e mulheres que são, como se diz, objecto de estudo». E lança um aviso: «O geógrafo deve ter perfeita consciência de que ao analisar o espaço, fornece ao poder informações que vão ser utilizadas para agir sobre os homens que vivam nesse espaço» (p. 115).

As práticas espaciais têm um peso cada vez maior na sociedade e na vida de cada um. O desenvolvimento do processo de espacialidade diferencial desencadeará necessariamente, mais tarde ou mais cedo, o desenvolvimento, a nível colectivo, de *um saber pensar o espaço*. Isto é, a familiarização de cada um com instrumentos conceptuais que permitem articular, em função das diversas práticas, as múltiplas representações espaciais que convém distinguir, seja qual for a sua configuração ou escala, de modo a dispôr de um instrumento de acção e reflexão. Eis o que deveria ser a geografia». E Y. Lacoste conclui o livro com um capítulo *Saber pensar o espaço para nela se saber organizar, para nele saber combater* (caps. 17). A contestação e a crítica da geografia tradicional leva cada vez mais à tomada de consciência de que o conhecer a sua utilidade (organizar territórios, saber pensar o espaço) e o poder e saber utilizá-la não pode ser unicamente privilégio de alguns (as minorias dirigentes militares, financeiras e políticos) mas sim um utensílio intelectual de todos os cidadãos.

Enfim, um livro a ler e a debater, importante e oportuno, mais que soluções, um pôr de problemas, incómodo e polémico, ora com análises mais ou menos aprofundadas, ora limitando-se à formulação de intenções e que reflecte na geografia o debate produzido noutros domínios científicos.

ANTÓNIO GAMA